

Os atentados terroristas do dia 11 de Setembro marcaram o início de uma nova fase de relacionamento internacional. Como os trágicos eventos desse dia demonstraram, o terrorismo organizado internacional constitui actualmente a maior ameaça contra a paz e segurança mundiais. Para combatê-lo, as diversas nações mundiais têm que aumentar o grau de cooperação internacional, tanto a nível político como militar. Todavia, o combate ao terrorismo não pode ser feito somente nestas frentes. Para o derrotar, é vital atacar as raízes do terrorismo internacional, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento económico dos países em que o terrorismo se alberga.

Existem cinco condições necessárias para a contenção do terrorismo a longo prazo. Em primeiro lugar, é necessário obter uma *resolução duradoura do conflito israelo-árabe*. A causa palestina é o estandarte de milhares de jovens árabes, os quais facilmente se tornam num instrumento dos fundamentalistas. Deste modo, é imperioso alcançar uma solução para o conflito israelo-árabe, para que este não continue a servir de bandeira a toda uma série de movimentos extremistas¹.

Em segundo lugar, é vital que haja uma *maior abertura política* nos países árabes. Em muitos sectores existe a percepção que as populações dos países árabes ainda não estão preparadas para o estabelecimento de sociedades democráticas. Segundo esta corrente de opinião, o exemplo da Argélia demonstra que, se houver um processo de abertura política, os fundamentalistas tomarão as rédeas do poder. Porém, apesar desse risco existir, a verdade é que em países com democracias limitadas (como era o caso do Paquistão), os fundamentalistas constituem apenas uma pequena percentagem da população sem possibilidades de chegar ao poder. Em contraste, os movimentos fundamentalistas grassam e têm angariado força nos países mais autocráticos e repressivos, como a Arábia Saudita, o Iémen ou em ditaduras dissimuladas, como é o caso do Egipto. Ora, nos países árabes exportadores de petróleo, a falta de liberdade coexiste lado a lado com uma corrupção endémica fomentada pelas receitas petrolíferas. Visto que estas receitas provêm em larga escala dos países ocidentais, existe assim a noção que a Europa e, principalmente, os Estados Unidos são os principais apoiantes dos dirigentes corruptos e ditatoriais destes países². O ressentimento resultante é em parte responsável pelo aparecimento dos sentimentos antiamericanos e anticidentais.

Sublinhe-se, no entanto, que as questões de desenvolvimento nunca poderão ser resolvidas com a mera instauração de regimes democráticos nos países

árabes. Muito pelo contrário. Vários estudos empíricos³ atestam que a democracia não é um pré-requisito necessário para o desenvolvimento económico. Todavia, uma maior abertura política é frequentemente conducente a um maior dinamismo dos agentes económicos, o que se repercute positivamente no desenvolvimento e no bem-estar das populações.

Em terceiro lugar, a *reforma do mundo islâmico* tem que continuar. Para bem do mundo islâmico (e do Ocidente), urge impedir que os movimentos fundamentalistas não destruam as conquistas seculares das últimas décadas. Como o exemplo iraniano demonstra, uma conquista do poder por parte dos fundamentalistas representará um enorme retrocesso nos esforços de modernização e desenvolvimento dos países árabes.

Adicionalmente, é vital minorar as consequências nefastas da *bomba demográfica* em vários países árabes. Como podemos ver na Tabela 1, esta explosão demográfica não tem sido acompanhada por um equivalente crescimento económico, o que tem diminuído consideravelmente o nível de vida das populações destes países. Devido à falta de crescimento económico, esta bomba demográfica tem gerado um desemprego de longa duração e uma crescente marginalização de largas camadas da população. Milhares de jovens excluídos pelo desenvolvimento são assim presa fácil dos discursos mais radicais e fundamentalistas. Estes países necessitam pois de acelerar a transição demográfica, para minorarem os efeitos negativos desta bomba demográfica.

Para que tal aconteça, é necessário, acima de tudo, promover o *desenvolvimento económico* destes países, como forma a aumentar os rendimentos médios dos seus cidadãos. Para que o crescimento económico seja duradouro, é vital reformar as economias e sociedades destes países árabes. É neste contexto que um Plano Marshall para estes países poderá constituir o *incentivo* necessário para levar a bom porto essas reformas.

As secções seguintes debatem a exequibilidade de um Plano Marshall para os países árabes. A próxima secção analisa as raízes do fundamentalismo islâmico, enquanto que a terceira parte debate a importância do Plano Marshall original para a recuperação europeia no período pós-Segunda Guerra Mundial. A última parte examina a questão de um Plano Marshall para os países árabes.

As raízes do fundamentalismo islâmico

Desde a sua criação, o Islão (como o Cristianismo e o Judaísmo) debateu-se entre forças extremistas e moderadas. Entre os séculos VII e XIV, os árabes

construíram o maior império do Mundo Ocidental, estendendo-se da Mongólia à Península Ibérica e ao Norte de África. Durante este período, apesar do carácter bélico da conquista, os árabes prosseguiram uma corrente mais moderada do Islão, privilegiando a cultura e o desenvolvimento tecnológico e científico. Os árabes eram então conhecidos por terem as sociedades mais abertas, mais cultas e mais cosmopolitas do Mundo Ocidental. Nessa altura, os árabes não só ensinaram à Europa a Ciência e a Matemática, como também introduziram importantes novas culturas (desde a laranja até ao arroz e ao açúcar), novas indústrias (metalúrgica, química, etc.) e tecnologias (técnicas de irrigação, de navegação, e engenharia mecânica). Os algoritmos (inventados na Índia), o astrolábio, a bússola, a difusão do papel, entre muitos outros, foram igualmente importantes ensinamentos árabes que os europeus mais tarde utilizaram nos Descobrimentos e no desenvolvimento da indústria e ciência.

No século XIV, a perda de grande parte do império (na Península Ibérica e, sobretudo, na Ásia devido às invasões mongóis) conduziu a uma séria reflexão sobre as causas do declínio árabe, o que, por sua vez, originou um levantamento popular extremista que se insurgiu contra as forças moderadas. Desta vez, com a criação do Império Otomano, os extremistas e os belicistas venceram. A vitória desta corrente mais radical foi uma tragédia para a civilização árabe, a qual permaneceu estagnada durante os séculos seguintes. A partir dos meados do século XIX, um novo movimento reformador emergiu nas sociedades árabes. Esta «Renasença árabe» durou até à Primeira Guerra Mundial, e grande parte do conhecimento tecnológico e científico do Mundo Ocidental foi então absorvido pelos meios intelectuais árabes. Depois do colapso do Império Otomano no final da Grande Guerra, os árabes lutaram para se tornarem independentes das potências europeias, o que foi finalmente alcançado no período pós-Segunda Guerra Mundial.

No período pós-independência, dois dos principais países árabes – o Egipto (com Nasser) e a Síria (com o partido Ba'ath) – implementaram governos modernos (mas não democráticos) e seculares, fomentando uma política deliberada de nacionalismo árabe. Apesar de alguns progressos a nível político e cultural, este movimento reformador secular não conseguiu atingir um desenvolvimento económico duradouro, o que gerou um crescente descontentamento popular. O fracasso destas políticas foi desastrosamente confirmado em 1967 aquando da monumental derrota na Guerra dos Seis Dias contra Israel. No seu livro *The Arab Predicament*, Fouad Ajami considera que a

humilhante derrota na Guerra dos Seis Dias mergulhou o mundo árabe numa crise moral, dando azo a um período de autocrítica e a uma reavaliação da cultura árabe e das práticas políticas⁴. É neste contexto que surge a vaga mais recente do fundamentalismo islâmico. Os fundamentalistas viram a derrota de 1967 como a prova da degradação moral e espiritual do mundo árabe. A derrota na Guerra dos Seis Dias tinha assim demonstrado o falhanço dos governos seculares do período pós-independência e a necessidade de deslocar a religião para o centro da prática política e social.

Por outro lado, nos países árabes exportadores de petróleo, esta corrente fundamentalista adquiriu igualmente uma influência crescente devido à opulência gritante e à corrupção generalizada das elites governantes. Mais uma vez, os fundamentalistas justificaram a decadência moral e social destes países com a «influência externa». Como os principais interessados nos recursos petrolíferos do Médio Oriente se encontram no Ocidente (e principalmente nos Estados Unidos), os movimentos extremistas transmitiram a ideia que os males do subdesenvolvimento e da corrupção das sociedades árabes tinham origem no exterior. Estavam assim criadas as condições para uma radicalização de posições, a qual se agravou com o impasse da questão palestiniana, com a presença de tropas americanas na Arábia Saudita na década de 90 e com a continuação das sanções contra o Iraque.

Em suma, a concomitante falta de liberdades políticas e de resultados económicos, conjugada com as grandes assimetrias na distribuição de rendimentos, forneceram uma receita explosiva para a difusão de uma nova vaga de fundamentalismo. Neste sentido, a bomba demográfica fornece matéria-prima ideal para a disseminação e popularização de ideias extremistas, segundo as quais um Ocidente demoníaco aparece como a principal fonte dos problemas enfrentados pelas sociedades árabes.

As lições do Plano Marshall

No final da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países europeus encontrava-se à beira de uma crise profunda. As produções nacionais estagnavam, os défices orçamentais acumulavam-se, o comércio internacional decrescia a olhos vistos e havia uma manifesta carência de reservas estrangeiras. Para complicar ainda mais a situação, existia a ameaça de uma espiral inflacionista semelhante à ocorrida na Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial⁵. A situação era tão crítica que alguns analistas no governo americano previram o colapso da Europa Ocidental, que resvalaria para o seio

da influência soviética. Por isso, a Administração Truman decidiu implementar um plano de ajuda financeira à Europa Ocidental, o qual veio a ser conhecido como Plano Marshall⁶.

Entre 1948 e 1951, o Plano Marshall originou cerca de 12,4 biliões de dólares de ajuda financeira aos países europeus (equivalente a cerca de 65 biliões de dólares em preços de 1989)⁷. A partir de 1948, o crescimento económico acelerou substancialmente, dando lugar a uma época de «supercrescimento» sem precedentes na História europeia. Visto que a recuperação europeia coincidiu com a implementação do Plano Marshall, algumas vozes atribuíram o crédito do «milagre económico» europeu à ajuda financeira americana. Contudo, contrariamente a esta versão «popular», a importância do Plano Marshall para o desenvolvimento da Europa Ocidental foi essencialmente política e não económica⁸. A ajuda financeira do Plano Marshall foi simplesmente pequena de mais para justificar a grande subida das taxas de investimento europeias no pós-guerra⁹.

Além do mais, quando o Plano Marshall entrou em efeito, a grande maioria dos países europeus já se encontrava em franca recuperação. A época dourada de crescimento económico europeia deveu-se assim principalmente a factores domésticos, tais como: 1) potencialidades de convergência real; 2) elevadas taxas de investimento; 3) a existência de instituições de salvaguarda dos direitos de propriedade; 4) sistemas legais eficientes; 5) sistemas financeiros e sistemas fiscais desenvolvidos. O Plano Marshall foi eficaz porque todo este conjunto de elementos estava presente aquando da sua implementação.

Apesar de não ter sido o principal motor de crescimento económico europeu, é inegável que o Plano Marshall desempenhou um papel fundamental na estabilização da economia europeia, «alterando o ambiente em que a política económica era feita¹⁰». Assim, qualquer iniciativa que tente emular o sucesso do Plano Marshall original deverá providenciar estímulos e incentivos económicos (e políticos), mas nunca deverá ser utilizado como a principal fonte de recuperação económica. Para tal, são preciso reformas, as quais nunca poderão ser alcançadas apenas com ajuda financeira externa¹¹.

Um Plano Marshall para os países árabes

Tendo em linha de conta as raízes do fundamentalismo islâmico e as lições do Plano Marshall, vejamos então porque é que este tipo de plano poderá ajudar na luta contra o terrorismo internacional. A Tabela 1 fornece alguns indicadores de desenvolvimento económico e social dos países árabes (os países estão

ordenados por ordem decrescente de acordo com o grau de desenvolvimento humano definido pelas Nações Unidas¹²):

Tabela 1 Indicadores de desenvolvimento dos países árabes

	PIB <i>per capita</i> ^a (1999)	Taxa cresc. PIB <i>per capita</i> ^b	Crescim. popula- cional ^c	População com menos de 15 anos	Esperança de vida (1999)	10% mais ricos/10% mais pobres
Bahrein	13,688	-0.5	3.5	28.8	73.1	33.7
Koweit	15,258	-1.5	2.5	29.9	76.0	n.d.
EAU	18,162	-3.7	6.8	26.7	74.8	n.d.
Qatar	n.d.	n.d.	4.9	26.8	69.3	n.d.
Líbia	n.d.	n.d.	3.1	34.7	70.3	6.1
Líbano	4,705	n.d.	0.9	31.7	72.9	n.d.
A. Saudita	10,815	-2.2	4.2	43.4	71.3	n.d.
Turquia	6,380	2.1	2.1	30.3	69.5	14.2
Jordânia	3,955	0.4	3.8	40.2	70.1	12.7
Tunísia	5,957	1.9	2.1	30.5	69.9	9.1
Irão	5,531	-0.9	3.0	38.7	68.5	13.8
Síria	4,454	0.8	3.1	41.7	70.9	n.d.
Argélia	5,063	-0.4	2.6	35.5	69.3	9.6
Egipto	3,420	2.9	2.3	36.0	66.9	5.7
Marrocos	3,419	1.4	2.2	35.1	67.2	11.7
Paquistão	1,834	2.9	2.8	42.0	59.6	6.7
Iémen	0,806	n.d.	2.5	48.9	55.6	n.d.
Sudão	n.d.	-0.4 ^d	3.9	35.4	60.1	8.6

n.d. não disponível; ^a bilhões de dólares; ^b taxa de crescimento (1975-1999); ^c taxa de crescimento (1975-1999); ^d1990-1999.

Como podemos ver, financiados pelas receitas petrolíferas, os países árabes exportadores de petróleo possuem um nível de desenvolvimento médio, com razoáveis níveis educacionais e de saúde pública. Contudo, apesar dos generosos influxos monetários, estes países tiveram um crescimento negativo durante as últimas duas décadas, o que diminuiu consideravelmente os níveis de vida. Adicionalmente, nestes países é notória uma grande disparidade de rendimentos entre os mais ricos e os mais pobres, assim como são visíveis carências educacionais (Tabela 2). Apesar de serem menos elevadas do que nos restantes países árabes, os países exportadores de petróleo permanecem com taxas de analfabetismo consideráveis, o que se reflecte na qualidade do capital humano e na produtividade dos factores produtivos.

Tabela 2 Indicadores sócio-económicos

	Anos de escolaridade	Despesas com educação	Despsas com saúde	Despesas militares	Taxa de alfabetização (1999)	Índice de pobreza (%)
Bahrein	6.1	4.4	2.6	5.0	87.1	-
Koweit	6.2	5.0	4.0	8.3	81.9	-
EAU	n.d.	1.7	0.8	3.2	75.1	-
Qatar	n.d.	3.4	n.d.	n.d.	80.8	-
Líbia	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	79.1	16.7
Líbano	n.d.	2.5	2.2	3.6	85.6	10.2
Arábia Saudita	n.d.	5.1	n.d.	13.2	76.1	17.0
Turquia	5.3	2.2	2.2	5.0	84.6	12.9
Jordânia	6.9	7.9	5.3	10.0	89.2	8.5
Tunísia	5.0	7.7	2.2	1.7	69.9	n.d.
Irão	5.3	4.0	1.7	2.7	75.7	17.3
Síria	5.8	4.2	0.8	5.6	73.6	19.8
Argélia	5.4	5.1	2.6	3.8	66.6	23.5
Egipto	5.5	4.8	1.8	2.7	54.6	31.7
Marrocos	n.d.	5.3	1.2	4.1	48.0	36.4
Paquistão	3.9	2.7	0.9	4.4	45.0	39.2
Iémen	2.1	7.0	1.2	5.6	56.9	34.8
Sudão	1.5	1.4	0.7	2.6	45.2	42.5

n.d. não disponível; ^a em 2000; ^b percentagem do PIB; ^c percentagem do PIB; ^d percentagem do PIB (1999).

Num nível mais baixo de desenvolvimento, encontram-se países como o Egipto, a Líbia, a Turquia, a Jordânia, o Irão e a Síria. Estes países tiveram um elevado crescimento populacional nas últimas décadas, o que se reflectiu nas suas baixas taxas de crescimento *per capita*. As disparidades de rendimentos não são tão evidentes como no primeiro grupo de países, mas os indicadores educacionais e sociais são claramente menos bons. Com a excepção da Jordânia e da Turquia, todos estes países têm taxas de analfabetismo acima dos 20 por cento, e índices de pobreza muito consideráveis.

Por outro lado, países como o Paquistão, Marrocos, a Argélia e a Tunísia, exibem níveis de desenvolvimento bastante baixos, enquanto que o Iémen, o Sudão e o Afeganistão encontram-se entre os países mais pobres do mundo. As taxas de analfabetismos são extremamente elevadas, os anos de escolaridade média são baixos, e a esperança de vida dos seus cidadãos ronda os 60 anos de idade. Adicionalmente, estes países têm índices de pobreza altíssimos, traduzindo as condições precárias da grande maioria dos seus habitantes.

É importante também sublinhar uma outra tendência comum a todos os países representados nas Tabelas 1 e 2. De um modo geral, a grande maioria destes países gasta mais em despesas militares do que em despesas com a educação e a saúde. Ou seja, os governos destes países continuam a privilegiar o militarismo a uma estratégia de desenvolvimento equilibrado.

Como se pode constatar pelas tabelas acima reproduzidas, os países em que o terrorismo grassa são os que se encontram num nível de desenvolvimento mais baixo (Afeganistão, Paquistão, Iémen e Sudão) e/ou possuem regimes repressivos ou autocráticos (como a Arábia Saudita). Adicionalmente, o terrorismo também tem raízes profundas em países com poucas liberdades políticas conjugadas com altíssimas taxas de analfabetismo (como o Egipto ou a Síria).

Ora, uma deficiente abertura política conjugada com a falta de recursos económicos originam uma receita potencialmente explosiva, em que vastas camadas da população (principalmente a mais jovem) são facilmente seduzidas pelas ilusões fundamentalistas. Por isso, para além da abertura política mencionada na primeira parte deste artigo, é vital efectuar uma série de reformas que estimulem o desenvolvimento económico destes países. É neste contexto que um Plano Marshall para os países árabes se insere.

Como vimos previamente, a grande lição do Plano Marshall original foi o fornecimento de um sinal aos agentes económicos que os Estados Unidos estavam interessados na estabilização e desenvolvimento europeus. Similarmente, o principal objectivo de um Plano Marshall para os países árabes mais carenciados deveria ser a provisão deste tipo de sinal e incentivo.

É evidente que os governos e os agentes económicos nacionais dos países recipientes de um novo Plano Marshall deverão ser o principal móbil de mudança para uma política de desenvolvimento sustentado. Afinal, se os governantes e as populações árabes não estiverem interessados em reformar as suas sociedades e economias, não será correcto (ou aconselhável) para o mundo ocidental tentar impor o seu modelo político ou económico. Contudo, se os dirigentes e os agentes económicos dos países árabes optarem por perseguir uma política de reformas e de desenvolvimento, então o Ocidente pode ajudar, se assim for solicitado. Neste sentido, um Plano Marshall para os países árabes mais carenciados poderá apoiar um movimento reformador interno.

Em que sentido poderia este tipo de Plano marcar a diferença? Um Plano Marshall para os países árabes mais carenciados deveria privilegiar três vertentes: a) investimento; b) educação; c) desenvolvimento social.

Em primeiro lugar, um Plano Marshall deveria promover o investimento em infra-estruturas, tais como a construção de escolas e vias de comunicação. Por outro lado, um Plano Marshall deveria incentivar o investimento produtivo nos países árabes, não só oferecendo condições especiais para empresas que se pretendam localizar nessa região, como também estimulando o desenvolvimento dos mercados e indústrias autóctones.

Em segundo lugar, um Plano Marshall deveria ter uma forte componente *educacional*, visto que a educação é indubitavelmente uma das fontes de progresso económico. Ora, actualmente, em países como o Paquistão e a Arábia Saudita, as funções educacional e de segurança social são em larga medida providas pelas *madradas*, as quais são escolas religiosas que fomentam um ramo do Islão rígido e puritano (o Wahhabismo) e constituem uma das principais fontes do extremismo islâmico. Aqui um Plano Marshall poderia desempenhar um papel fundamental, fornecendo os meios necessários a uma protecção social adequada e uma educação isenta de preconceitos e de propaganda fundamentalista.

Em terceiro lugar, um Plano Marshall deveria ter uma forte componente *social*, privilegiando a abertura das sociedades civis e o diálogo entre os governantes e as populações.

As três vertentes são indissociáveis, sendo assim errado pensar que, por si só, uma injeção de dinheiros para o mundo árabe poderá resolver o problema do subdesenvolvimento e, assim, do fundamentalismo. Pelo contrário, sem reformas, uma ajuda financeira externa somente irá agravar os problemas de corrupção nos países recipientes.

Conclusão

Por si só, um novo Plano Marshall para os países árabes mais carenciados nunca poderá originar um milagre económico. Para que tal aconteça, somente um movimento reformador interno dos países árabes poderá levar a bom porto uma política sistemática de desenvolvimento. Contudo, um Plano Marshall para os países árabes mais carenciados poderá *fornecer um sinal* aos agentes económicos que os países desenvolvidos estão (finalmente) decididos a auxiliar e aumentar a cooperação e o desenvolvimento económico com os países árabes.

Se for bem sucedido, um novo Plano Marshall poderá assim iniciar uma verdadeira nova fase de relacionamento internacional, na qual se privilegiam a cooperação e o entendimento mútuo em vez da intolerância e a incompreensão.

NOTAS

¹ Sublinhe-se, no entanto, que os atentados terroristas de 11 de Setembro não tiveram como base a questão palestina. Esses atentados começaram a ser preparados minuciosamente há pelo menos dois anos atrás, numa altura em que israelitas e palestinos negociavam um cessar-fogo. Contudo, não há dúvidas que os Estados Unidos são vistos como os grandes aliados de Israel no Médio Oriente, e, assim, muitas vezes têm imputado grande parte da culpa do conflito israelo-árabe à política externa americana.

² AJAMI, Fouad (1992), *The Arab Predicament*, 2.ª edição, Cambridge University Press; ZACARIA, Fareed (2001), «Why They Hate Us», *Newsweek*, 28/10/2001.

³ Vide, por exemplo, Robert J. Barro (1997), *Determinants of Economic Growth*, MIT Press.

⁴ Ajami (1992, p. 8).

⁵ EICHENGREEN, Barry (ed.) (1995), *Europe's Post-War Recovery*, Cambridge University Press; Reichlin, Lucrezia (1995), «The Marshall Plan Reconsidered», em Eichengreen (1995).

⁶ George C. Marshall era o Secretário de Estado da Administração Truman, reputado por ter sido um dos arquitectos da vitória militar na Europa.

⁷ Reichlin (1995), p. 39.

⁸ DeLong and Eichengreen (1993).

⁹ O Plano Marshall contribuiu somente para cerca de 2 por cento das taxas de investimento totais (Eichengreen, 1995, DeLong e Eichengreen 1993).

¹⁰ DeLong e Eichengreen (1993, p. 190).

¹¹ DeLong and Eichengreen 1993.

¹² *UN Human Development Report*, 2000/2001.